

## CURRICULUM VITAE

### A) IDENTIFICAÇÃO PESSOAL E PROFISSIONAL

Nome Profissional: Rui Medeiros  
Data de nascimento: 17/08/1963  
Nacionalidade(s): Portuguesa  
Profissão: Professor de Direito / Advogado  
Morada: Rua Garrett, 64 1200 – 204 Lisboa  
Telefone: 210 933 000  
Telemóvel: 919 077 641  
Email: [rm@servulo.com](mailto:rm@servulo.com)

### B) HABILITAÇÕES E EXPERIÊNCIA UNIVERSITÁRIA

- 1987 | Licenciatura em Direito | Universidade Católica Portuguesa | Faculdade de Direito | média final de 17 valores
- 1991 | Mestrado em Direito na área das Ciências Jurídico-Políticas | Universidade Católica Portuguesa | Faculdade de Direito | “Ensaio sobre a responsabilidade civil do Estado por atos legislativos” | Orientador / Arguente Prof. Doutor Jorge Miranda | nota final de 18 valores
- 1999 | Doutoramento em Direito no ramo das Ciências Jurídico-Políticas | Universidade Católica Portuguesa | Faculdade de Direito | “A decisão de Inconstitucionalidade” | Orientador Prof. Doutor Jorge Miranda | Arguentes Prof. Doutor Gomes Canotilho e Prof. Doutor Jorge Miranda | nota final de 18 valores
- 2016 | Agregação em Direito no ramo das Ciências Jurídico-Políticas | Universidade Católica Portuguesa | Faculdade de Direito

**C) EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**

- Assistente, Professor Auxiliar, Professor Associado e Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (1987-).
- Membro do European Group of Public Law desde setembro de 1998, com participação em diversos encontros anuais dos professores do grupo europeu de Direito Público na Grécia.
- Coordenador do Curso de Mestrado em Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (2007-2021).
- Professor convidado em várias Faculdades.
- Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa entre 2002 e 2005.
- Diretor do Católica Research Center for the Future of Law em 2013 e entre 2015 e 2018.
- Participação em numerosos júris académicos, não só na Universidade Católica Portuguesa, mas também na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa.
- Advogado inscrito na Ordem dos Advogados desde 1990.
- Sócio da Sociedade de Advogados Sérvulo & Associados, onde foi managing partner entre 2006 e 2011.
- Membro da Direção do Instituto das Sociedades de Advogados, entre 2006 e 2010.
- Membro da Comissão da Ordem dos Advogados que, entre 2000 e 2001, procedeu à elaboração de um anteprojeto de nova lei sobre a responsabilidade civil do Estado e membro do grupo de trabalho que, entre 2001 e 2002, elaborou o anteprojeto de Lei da Água.
- Presidente da Comissão de Preparação do anteprojeto do Código dos Contratos Públicos, nomeado pelo Despacho Conjunto n.º 179/2006, de 27 de janeiro de 2006, dos Ministros de Estado e das Finanças e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e Presidente da Comissão de Monitorização da Reforma do Arrendamento Urbano, entre 2013 e 2014.

- Entre 2015 e 2022, membro do Conselho do Centro de Arbitragem Comercial da Associação Comercial de Lisboa e, desde outubro de 2016, membro da Comissão Executiva da Delegação Nacional Portuguesa da CCI. Presidente da Conselho para a Arbitragem de Direito Público da Associação Portuguesa de Arbitragem, entre 2017 e 2021.
- Ministro da Modernização Administrativa do XX Governo Constitucional (outubro-novembro 2015).

#### **D) EXPERIÊNCIA ARBITRAL**

- Participação como árbitro em numerosas arbitragens *ad hoc* ou institucionalizadas sobretudo na área do direito público, mas também na área do direito privado.
- Entre 2015 e 2022, membro do Conselho do Centro de Arbitragem Comercial da Associação Comercial de Lisboa e, entre 2016 e 2022, membro da Comissão Executiva da Delegação Nacional Portuguesa da CCI. Presidente da Conselho para a Arbitragem de Direito Público da Associação Portuguesa de Arbitragem, desde junho de 2017.
- Membro da lista de árbitros de diversos Centros de Arbitragem.

#### **E) ÁREAS E SETORES PREFERENCIAIS: ARBITRAGENS DE DIREITO PÚBLICO**

#### **F) PUBLICAÇÕES E CONFERÊNCIAS**

##### PUBLICAÇÕES MAIS RELEVANTES

- *Constituição e identidade nacional na era dos populismos – o constitucionalismo entre a pretensão universal e as reivindicações identitárias particulares*, Coimbra: Almedina, 2024.
- *Constituição Portuguesa anotada*, I, 2010 (2.ª ed.), II, 2018 (2.ª ed.), e III, 2020 (2.ª ed.), (em coautoria com Jorge Miranda);
- *A fiscalização da contratação pública pelo Tribunal de Contas – Alguns aspetos*, in *RDA*, Ano III, n.º 8 (maio-agosto 2020), pp. 5-25;
- *A Constituição portuguesa num contexto global*, Lisboa: UCE, 2015;
- *Constitucionalismo de matriz lusófona: realidade e projeto*, Lisboa: Verbo, 2011;

- *Direitos, Liberdades e Garantias e Direitos Sociais: entre a unidade e a diversidade*, in *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor José Manuel Sérvulo Correia*, I, Coimbra Editora, 2010, pp. 657-683;
- *A força expansiva do conceito de norma fiscalizável no sistema português de fiscalização concentrada da constitucionalidade*, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Armando M. Marques Guedes*, Coimbra Editora, 2004, pp. 183-202;
- *O Estado de Direitos Fundamentais português: alcance, limites e desafios*, in *Anuário Português de Direito Constitucional*, II, 2002, pp. 23-43;
- *A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, a Convenção Europeia dos Direitos do Homem e o Estado Português*, in *Nos 25 Anos da Constituição da República Portuguesa de 1976*, Lisboa: AAFDL, 2001, pp. 227-293 / *La Charte des Droits Fondamentaux de l'Union Européenne, la Convention Européenne des Droits de l'Homme et le Portugal*, in *Revue Européenne de Droit Public*, vol. 14, nº 1, 2002, pp. 629-680;
- *A Decisão de Inconstitucionalidade*, Lisboa: Universidade Católica Editora, 1999;
- *Ensaio sobre a responsabilidade civil do Estado por atos legislativos*, Coimbra: Almedina, 1992.

#### PUBLICAÇÕES NA ÁREA DA ARBITRAGEM

- *Arbitragem necessária e Constituição*, in *Estudos em memória do Conselheiro Artur Maurício*, Coimbra Editora, 2014, pp. 1301-1330;
- *Tribunal Unificado de Patentes e Constituição*, in *Estudos em Homenagem ao Conselheiro Presidente Rui Moura Ramos*, II, Coimbra: Almedina, 2016, pp. 487 e ss. (em coautoria com Maria Manuel Simões);
- *Regime de recurso das decisões arbitrais no CCP revisto: uma reflexão constitucional*, in *A Constituição e a Administração Pública* (coord. Pedro Fernández Sánchez / Luís Alves), Lisboa: AAFDL, 2018, pp. 117-140;
- *Arbitragem administrativa e Constituição*, in *Estudos em Homenagem a Agostinho Pereira de Miranda*, Coimbra: Almedina, 2019, 447-463;
- *Nem oito nem oitenta...A propósito da proposta de uma LAV para as arbitragens administrativas*, in *RDA*, N.º 7 (Janeiro / Abril 2020), pp. 68-74;
- *Administrative Arbitration*, in *International Arbitration in Portugal* (eds. André Pereira da Fonseca / Dário Moura Vicente / Mariana França Gouveia / Alexandra Nascimento Correia / Filipe Vaz Pinto), Wolters Kluwer, 2020, pp. 371-414 (em coautoria com Marta Portocarrero).

#### G) IDIOMAS PROFISSIONAIS

- Inglês (Falado e escrito)